

## **PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.**

**PROJETO DE LEI Nº 26 DE 07 DE JULHO DE 2023.**

**OBJETO:** ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PARA OS FINS QUE MENCIONA.

**AUTORIA:** PODER EXECUTIVO

**RELATOR CLJR:** MARCELO DE FREITAS DOS REIS

### **I - PARECER**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo a readequação da Lei Orçamentária Anual, por meio de abertura de crédito adicional especial.

O proponente justifica que o projeto tem por objetivo a abertura de rubricas para o programa PBF e CAD Único, CRAS/PAIF, e também para o programa de incentivo à Doação de Alimentos, instituído pela lei municipal nº 2.387/2023.

Apontou que o município recebeu recursos de origem estadual e federal, bem como “superávit GBF FNAS, PSB FNAS, GSUAS FNAS, IGD-PAB, BPC ESCOLA, PISO MINEIRO, SIGTV ESTR4.”

### **II – COMPETÊNCIA, TRAMITAÇÃO E QUORUM**

Inicialmente, verificamos que o projeto analisado é de competência municipal em face do que dispõe o art. 30, inciso I da Constituição Federal, c/c art. 171, II, alínea “a”, da Constituição do Estado de Minas Gerais, e art. 67, X da Lei Orgânica Municipal.

A abertura de crédito especial tem previsão no art. 41, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

O projeto ainda autoriza, em caso de necessidade, a suplementação de receita de que dispõe o art. 2º da Lei Orçamentária Anual.

Diante do exposto, OPINO pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Os projetos de natureza orçamentária sujeitam-se a disposições especiais, conforme art. 168, do título VI do Regimento Interno. Recomendo que a discussão e votação se dê em 2 (dois) turnos.

O quórum exigido para a aprovação desta matéria é de maioria absoluta, 6 (seis) votos, conforme art. 137, III da Lei Orgânica Municipal, por se tratar de abertura de crédito especial.

### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, OPINO pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 26/2023, que “Abre Crédito Adicional Especial para os fins que menciona”, podendo o mesmo ser votado em seu formato original.

Carmópolis de Minas, 03 de agosto de 2023.

***Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara***  
***Presidente***

***Ver. Marcelo de Freitas dos Reis***  
***Relator***

***Ver. José Laércio da Silveira***  
***2º Secretário***